



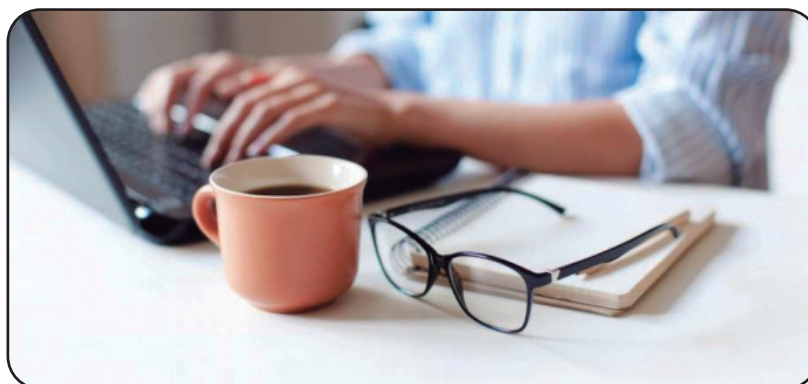
Assembléia Virtual de prestação de contas do Sindicato (ano 2020) é nesta terça-feira (29), às 18h.

SUA OPINIÃO VALE MUITO

Responda a nova pesquisa nacional sobre o trabalho home office

Sindicato vai ouvir os bancários e bancárias que estão trabalhando em casa. Demandas serão levadas para as negociações com os bancos

Sindicatos de bancários de todo o país iniciam, a partir desta quinta-feira (1º de julho), uma pesquisa para saber a opinião dos bancários sobre as condições de trabalho em home office. A Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) vai colher as informações para levar a pauta de reivindicações sobre o tema nas



negociações com os bancos, na campanha nacional da categoria deste ano.

LINK DA PESQUISA

Para receber o link da pesquisa, basta enviar mensagem para o WhatsApp (21) 97108-3216 fazendo a solicitação. É fácil e seguro. Participe.

DIREITO GARANTIDO

Sindicato anula na Justiça desconto feito pela Caixa da greve de 27 de abril

O Departamento Jurídico do Sindicato conseguiu uma importante vitória na Justiça do Trabalho em defesa dos empregados da Caixa Econômica Federal. É que a direção do banco havia descontado nos salários dos bancários que participaram da paralisação nacional, o dia referente à greve realizada em 27 de abril deste ano.

A decisão do juiz Paulo Rogério dos Santos, da 21ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, destaca na decisão que “a ocorrência do estado de greve importou no desconto salarial correspondente, sem que fosse dada aos trabalhadores a possibilidade de compensação”.

A LEGITIMIDADE DA GREVE

Ressaltando a legitimidade do movimento dos trabalhadores, o magistrado lembra que “a greve, de um único dia de duração, foi



A nova direção do Sindicato, comandada por José Ferreira e Kátia Branco conquista a primeira grande vitória na Justiça em defesa da categoria, garantindo o direito de greve dos empregados da Caixa

deliberada em assembleia geral da categoria”. O Sindicato anexou no processo o edital de convocação, a ata e a comunicação de greve entregue à Caixa, conforme exige a legislação.

A decisão destaca ainda que o movimento grevista teve por

mote “melhores condições de trabalho para os empregados que estão em trabalho presencial, correndo elevado risco de contágio pela Covid-19”. O juiz evoca jurisprudência do TST (Tribunal Superior do Trabalho) que trata das situações excepcionais

em que a legislação não permite o desconto nos salários, entre elas, “a paralisação motivada por descumprimento de instrumento normativo coletivo vigente, como as “más condições de trabalho”, que é o caso dos bancários da Caixa nesta pandemia.

“A anulação desta decisão arbitrária da direção da Caixa de descontar o dia parado da greve nacional é uma vitória dos trabalhadores em relação à garantia constitucional do Direito de Greve e repara uma medida tomada pelo banco por pura retaliação a um movimento legítimo e democrático, que visa cobrar condições de trabalho dignas e a proteção dos empregados contra os riscos desta pandemia que já matou mais de meio milhão de brasileiros”, avalia o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio José Ferreira.

Assunto mais comentado no Twitter foi #QueVergonhaltaú

Os funcionários do Itaú atenderam a convocação dos sindicatos e mobilizaram amigos, familiares e perfis nas redes sociais na campanha #QueVergonhaltaú, a mais comentada do Twitter, na tarde da última segunda-feira (28). A atividade fez parte do lançamento nacional da campanha contra as demissões em massa no banco e a pressão sobre metas ainda maiores no programa Gera, que adocece os trabalhadores. Confira mais detalhes, em breve, em nosso site: www.bancariosrio.org.br.

Ex-presidenta do Sindicato é eleita presidente da Federação Estadual dos Bancários

Em assembleia virtual, na última quinta-feira (24/6), foi fundada a Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Rio de Janeiro. Na ocasião foi aprovado o estatuto e empossados os diretores da entidade que passa a representar a categoria bancária em todo o estado. A primeira presidenta da Federa-RJ é Adriana Nalesso, ex-presidenta do Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro. A assembleia aprovou, ainda, a filiação da entidade à Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf) e à CUT.



Adriana Nalesso é a presidenta eleita da nova Federação das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Ramo Financeiro do Rio de Janeiro

LUTA E RESISTÊNCIA

Em seu discurso de posse, Adriana ressaltou a importância da criação da federação neste contexto de extrema dificuldade no país. “O momento, mais do

que nunca, é de luta e resistência. O povo brasileiro não merece a situação que está vivendo. Merece respeito. É hora de mudança e estamos aqui para isso”, frisou. Juvândia Moreira, presidenta da Contraf-CUT, afirmou que a Fe-

deração já nasce grande, com sindicatos importantes, sendo fundamental torná-la forte também na atuação política junto à sociedade “pois vivemos um momento de transição e temos que ser os agentes dessas transformações”. A Federa reúne os sindicatos dos Bancários do Rio, Niterói, Teresópolis, Petrópolis, Campos e Sul Fluminense. Sua missão é não só articular essas entidades em torno dos interesses da categoria bancária, inclusive enfrentando os desafios trazidos pelas mudanças tecnológicas, mas também a defender a pluralidade e a democracia tão atacada nos últimos tempos.

COMBATER O BOLSONARISMO

Os dirigentes dos sindicatos presentes à assembleia de fundação, ressaltaram ser preciso combater o projeto político bolsona-

rista que atinge o país. O atual governo foi repudiado e responsabilizado pelas mais de quinhentas mil mortes pela Covid-19, muitas das quais poderiam ter sido evitadas se não houvesse omissão e corrupção. Entre as vítimas estão integrantes da categoria e do movimento sindical que foram homenageados na ocasião. A diretoria eleita assumiu, tendo como principais compromissos a união de forças e a resistência. Os presidentes dos sindicatos filiados – José Ferreira, do Rio de Janeiro; Jorge Antônio Oliveira, de Niterói; Marcos Alvarenga, de Petrópolis; Claudio Mello, de Teresópolis; Júlio Cesar, do Sul Fluminense; e Rafanele Pereira, de Campos – ressaltaram a importância de esperança em dias melhores, que é renovada com a nova instituição que representa cerca de 40 mil trabalhadores.

Sindicato debate pontos comuns da pauta da comunidade LGBTQIA+ com a luta de classes

O Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro promoveu na segunda-feira, dia 28 de junho, Dia Internacional do Orgulho Gay, um debate sobre a inclusão da comunidade LGBTQIA+ no mercado de trabalho, inclusive no setor bancário, e a luta contra a discriminação. O lançamento da campanha na categoria aconteceu com a realização de uma roda de conversa (virtual), que contou com a presença do presidente da entidade, José Ferreira.

UNIDOS CONTRA A OPRESSÃO

O diretor do Sindicato Rogério Campanate, que faz parte do coletivo LGBTQIA+ na categoria, lembra que há pontos comuns entre a luta de classes



e a pauta da comunidade gay. “Queremos aprofundar a reflexão sobre os pontos comuns da opressão contra a Comunidade LGBTQIA+ e contra os trabalhadores de um modo geral”, explica.

O movimento já obteve conquistas importantes, como a união homoafetiva, a criminalização da homofobia e a liberação

para doação de sangue, que foram garantidas por intervenção do poder judiciário. “É preciso debater a identidade, ou seja, me identifique como e com quem? É o reconhecimento do direito à igualdade e à diferença que buscamos na sociedade. Estas pautas não substituem questões da disputa de classe”, destaca o sindicalista.

“A pauta identitária precisa ser apropriada pela esquerda com outras pautas anti-opressão. Ou corremos o risco de que o capitalismo se aproprie da pauta através do ideário liberal e neoliberal, como o empoderamento individual e a mobilidade social de alguns indivíduos dessas minorias”, explica Campanate.

Durante a live foi lançada uma campanha para ajudar a Casa Ném, que acolhe a comunidade LGBTQIA+ em situação de vulnerabilidade social e outra incentivando a doação de sangue, que serão divulgadas com mais detalhes no site do Sindicato. O diretor Rodrigo Ripardo, que pertence a Secretaria de Políticas Sociais do Sindicato, foi quem organizou o coletivo da entidade sindical.

BANCÁRIO

Presidente: José Ferreira Pinto – **Sede** – Av. Pres. Vargas, 502 /17º, 20º, 21º e 22º andares - CEP 20071-000 – Centro – Fax (Redação): (021) 2103-4112 – **Sede Campestre** - R. Mirataia, 121 - Tel: 2445-4434 (Pechincha/Jacarepagua) – **Secretaria de Imprensa** (imprensa@bancariosrio.org.br) – Vera Luiza Xavier (Banerj/Itaú), coordenador responsável **Coletivo de Imprensa:** Ronald Carvalhosa (Banerj/Itaú), José Pinheiro (Banerj/Itaú) - **Editor:** Carlos Vasconcellos - MTb 21335/RJ - **Redatores:** Carlos Vasconcellos e Olintho Contente - **Diagramador:** Marco Scalzo - **Fotos:** Nando Neves - **Secretário de Imprensa:** Celedon Broca – Secretaria de Cultura (cultural@bancariosrio.org.br) - Tel.: 2103-4150 – Secretaria de Bancos Públicos (bancospublicos@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4122/4123 – Secretaria de Bancos Privados (bancosprivados@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4121/4124/4172 – Secretaria de Saúde (saude@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4110/4116/4149/4176 – Secretaria do Jurídico (juridico@bancariosrio.org.br) Tels.: 2103-4104/4125/4128/4173 – Impresso na 3 Graph - Distribuição Gratuita - Tiragem: 0

IMPEACHMENT, JÁ!

Manifestações contra Bolsonaro são antecipadas para este sábado, 3 de julho

Os protestos nacionais reivindicando o impeachment do presidente Jair Bolsonaro que estava previsto para o dia 24 de julho, foram antecipados para este sábado, 3 de julho. O motivo são as suspeitas de corrupção nas negociações da compra da vacina indiana Covaxin contra Covid-19 pelo governo federal. No último dia 19 de junho, milhares de pessoas foram às ruas nos 26 estados e no Distrito federal cobrar a aceleração da vacinação, empregos e o “Fora, Bolsonaro”.

O governo federal deixou de comprar 70 milhões de vacinas Pfizer em agosto e setembro de 2020 sob a alegação do ex-ministro da Saúde, o general Eduardo Pazuello, de que os preços esta-



EM DEFESA DA VIDA - Crescem, em todo o país, as manifestações pelo impeachment de Bolsonaro. Neste sábado, 3 de julho, tem novos protestos

vam muito elevados, mas o governo comprou a vacina indiana, antes da autorização da Anvisa, por um valor 1.000% mais caro do que o anunciado pela própria fabricante seis meses antes. Jair

Bolsonaro foi avisado antes da assinatura do contrato e nada fez para impedir a compra superfaturada. O fato motivou os organizadores a antecipar as manifestações e a reforçar o superpedido

de impeachment do presidente. “É importante a presença dos bancários e bancárias nos protestos em defesa da vida, do emprego e contra as privatizações”, disse o presidente do Sindicato dos Bancários do Rio José Ferreira.

Dia 24 de julho está confirmado o ato nacional contra Bolsonaro e no dia 30, a entrega do superpedido de impeachment, em Brasília, com protestos em todo o país. Com a popularidade derretendo, parte do chamado Centrão já teria desembarcado da base de apoio ao governo no Congresso Nacional. No Rio, a concentração do ato será a partir das 10 horas, no monumento Zumbi dos Palmares, e os manifestantes vão sair em caminhada até a Candelária.

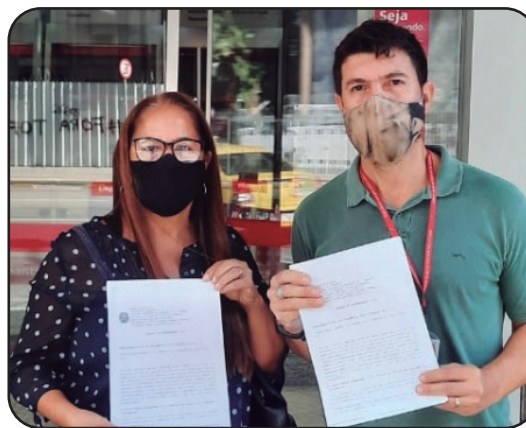
BRDESCO

TRT: estabilidade provisória na pandemia não tem prazo definido

Citando a decisão do ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), que prorrogou sem prazo definido o estado de calamidade em função do novo coronavírus e as provas que confirmam o compromisso assumido pelos bancos de não demitir enquanto perdurar a pandemia, a Seção Especializada em Dissídios Individuais do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro manteve a decisão tomada pela 17ª Vara do Trabalho de reintegrar a bancária Zélia Palhares Viana ao Bradesco, rejeitando recurso feito pelo banco. Em seu voto, aprovado pela maioria do TRT/RJ, o desembargador Antônio Paes Araújo, entendeu que as provas constantes dos autos não deixam dúvidas em relação à estabilidade provisória dos bancários devido ao compromisso público assumido pelos bancos, em março de 2020, de não demitir durante a pandemia. A ação foi elaborada pela advogada do Jurídico do Sindicato, Manuela Martins.

Jurídico do Sindicato conquista mais duas reintegrações no Santander

O Departamento Jurídico do Sindicato -RJ) determinou a reintegração de Alessandra Ferreira de Carvalho Maio Rodrigues, também do Santander. A decisão, baseada no compromisso assumido pelos bancos em março de 2020, através da sua federação nacional, a Fenaban, com o Comando Nacional dos Bancários, de não demitir durante a pandemia do novo coronavírus, tornou sem efeito a recusa da 80ª Vara do Trabalho, em atender à ação que solicitava o retorno ao trabalho. A ação foi elaborada pelo advogado do Jurídico do Sindicato, Marcelo Coutinho. O desembargador considerou que o compromisso público garante aos bancários estabilidade provisória pelo prazo que perdurar a pandemia. O relator observou causar espécie o número de dispensas feitas pelo Santander nos últimos meses, pois além de aderir ao programa #NãoDemita tenta passar para a sociedade a preocupação com valores sociais e humanitários justamente quando o número de casos de contaminação de óbitos devido à pandemia volta a subir em todo o país.



A bancária reintegrada Claudia Camargo, do Santander, e o diretor do Sindicato Adriano Garcia comemoram a vitória na Justiça do Trabalho

DECISÃO DO TRT

Seguindo o voto do relator, desembargador Antônio Paes de Araújo, o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro (TRT-

BB: prova de vida pode ser feita ao segurado do INSS próximo à agência

Devido à pressão do movimento sindical bancário, o Banco do Brasil deu explicações mais detalhadas sobre a instrução normativa relacionada ao atendimento aos segurados impossibilitados de fazer prova de vida no interior da agência. Em contato com a Comissão de Empresa dos Funcionários (CEBB), o BB informou que os beneficiários com impossibilidade de locomoção, que estejam acamados, ou hospitalizados serão orientados a constituir um procurador junto ao INSS. Somente em casos excepcionais, quando não houver esta possibilidade, o gestor deve solicitar autorização para realizar a prova de vida fora do ambiente físico da agência. Em documento, o banco explica o que seria o atendimento fora da agência: “Enquadra-se nesse requisito o beneficiário que já está nas proximidades da dependência, nas situações em que é conduzido de maca, ou cadeira de rodas, e não tem acesso ao interior da dependência”, explicou.



Após pressão dos sindicatos, banco informou que somente em casos excepcionais, o gestor deve solicitar autorização ao seu superior hierárquico para realizar a prova de vida fora do ambiente físico da agência

Esta situação desumana foi imposta pelo governo Bolsonaro aos segurados do INSS, expondo a saúde e a vida de pessoas idosas, muitas delas doentes, inclusive à contaminação pelo novo coronavírus. Até maio, devido à pandemia, o governo suspendeu a exigência da prova de vida. Mas a partir de junho, voltou a impor esta medida covarde e desrespeitosa.

Após esta mudança, o BB passou a cobrar a venda de produtos aos segurados. Em seguida, promoveu uma mudança em normativo interno, que passou a ter um sentido dúbio e a dar a entender que os funcionários poderiam ser instados a ir até a residência do aposentado ou pensionista para realizar a prova de vida. Isto exporia o funcionalismo do ban-

co e também os segurados à contaminação pela Covid-19. Pressionado pela CEBB e sindicatos sobre o novo texto do normativo, o banco decidiu explicar melhor o que estava previsto.

DENUNCIAR AO SINDICATO

O diretor do Sindicato, Jorge André, lembrou que, periodicamente, gestores do BB vêm utilizando interpretações dúbias, e em certos casos, claramente equivocadas, para induzir e obrigar seus subordinados a executar tarefas que os expõem a riscos operacionais e, até mesmo, sanitários, na maioria das vezes, buscando o atingimento de metas negociais. “Infelizmente, tais situações são mais contumazes e menos individuais do que desejamos”, afirmou. Frisou que todos os funcionários devem se resguardar de retaliações. “Em caso de se sentirem compelidos por seus superiores a proceder em desacordo com preceitos normativos ou legais devem procurar, imediatamente, o Sindicato”, orientou.

Pedro Guimarães quer aumentar custeio do Saúde Caixa para os empregados

Bancários têm que pressionar Congresso Nacional a aprovar projeto que susta efeitos da CGPAR 23 e pode evitar prejuízos aos trabalhadores

A direção da Caixa Econômica Federal informou que vai aplicar a Resolução 23 da Comissão Intermunicipal de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União (CGPAR) nas propostas de modelos de custeio do Saúde Caixa, o plano coletivo de saúde do banco. Com a decisão, 50% dos custos assistenciais e administrativos serão financiados pela empresa e os outros 50%, pelos empregados, alterando o formato atual de 70/30. A informação da empresa resultou, mais uma vez, em impasse na reunião virtual realizada na última terça-feira (22). “O Acordo Coletivo, na cláusula que trata dos objetivos deste GT, não prevê a inclusão da CGPAR 23 ou contribuição paritária nos modelos de custeio e gestão a serem estudados por este grupo”, rebateu o diretor do Sindicato do Rio, Sérgio Amorim.

AMARRAS DA CGPAR 23

Os sindicalistas consideram que as resoluções da CGPAR têm o objetivo de criar as mesmas amarras que o Dest (Departamento de Co-



Sérgio Amorim, diretor do Sindicato (à direita, acima), participou da reunião do GT Saúde, que resultou em impasse criado pela direção da Caixa

ordenação e Governança das Empresas Estatais) impôs à Caixa e demais estatais nos anos de 1990. Outra limitação imposta pela Caixa é o teto de 6,5% da folha de pagamento e proventos para o custeio do plano por parte da empresa. Diante do impasse, a reunião não prosse-

guiu. Antes de terminar, os representantes dos empregados reforçaram a cobrança de outros dados utilizados pela Caixa para fazer a projeção de despesas, como a base de cálculo da folha de pagamentos e proventos, que podem, inclusive, alterar as despesas futuras. Os traba-

lhadores disseram que, para propor um modelo de custeio, os empregados precisam saber quanto custa o Saúde Caixa.

PRESSIONAR OS PARLAMENTARES

O Sindicato alerta aos empregados ativos e aposentados da Caixa que é necessária uma forte mobilização para barrar as limitações impostas pelo Governo Bolsonaro e pela direção da Caixa e um dos caminhos é pressionar pela aprovação do Projeto de Decreto da Câmara (PDC) 956/2018, da deputada Erika Kokay (PT/DF) que susta os efeitos da CGPAR 23. De acordo com a proposta, a CGPAR excede a sua competência ao criar ônus e obrigações para os planos de assistência à saúde das estatais que não estão subordinadas às suas determinações. Além disso, a deputada argumenta que a diretoria da Comissão é inconstitucional. O projeto já passou por duas comissões e está pronto para ser votado em plenário.